



PERCEPÇÃO E OCORRÊNCIA DE ASSÉDIO EM AMBIENTES ACADÊMICOS

Antonia Iara Rodrigues de Araujo¹
Ana Chirlem Soares Teixeira²
Rafael Britto de Souza³

RESUMO:

O artigo de natureza descritiva e exploratória aborda as práticas de assédio sexual em ambientes acadêmicos. A partir do uso de questionário, 172 mulheres com vivência em ambientes acadêmicos foram questionadas acerca de suas vivências de assédio e das suas percepções referentes a práticas de enfrentamento disponíveis em suas instituições. Os resultados apontam para uma alta prevalência de vivências de assédio, associada há pouco conhecimento relativo ao tema (78,9% relatam ter dificuldade de identificar práticas de assédio). Também se observou que os professores foram apontados como a origem da maioria das experiências de assédio, representando 60,5% das ocorrências relatadas. Aponta-se a necessidade de se incluir a temática no ambiente acadêmico, tanto na dimensão educativa quanto organizacional.

Palavras-chave: Assédio Sexual, Violência contra a mulher, Patriarcado, Ambiente acadêmico.

INTRODUÇÃO

Diante do cenário misógino existente na sociedade brasileira atual, quando fala em gênero feminino, é de extrema importância refletir sobre as mais diversas formas de violência sofrida pelas mulheres, pelo simples fato de serem mulher.

Este artigo pretende refletir sobre uma das formas de violência sofrida por mulheres em âmbito acadêmico; o assédio sexual. Esta temática se faz relevante dentro dos mais variados; laborais, esportivos, hospitalares, e também educacionais. No ambiente acadêmico, entretanto, a sua ocorrência ainda é pouco discutida. Como mostra uma pesquisa realizada com uma amostra de 1.823 universitários, a ocorrência de

¹Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação de Crateús, da Universidade Estadual do Ceará-FAEC/UECE, iarro.araujo@aluno.uece.br;

²Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação de Crateús, da Universidade Estadual do Ceará-FAEC/UECE, chirlem.teixeira@aluno.uece.br;

³Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e professor assistente do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação de Crateús, da Universidade Estadual do Ceará FAEC/UECE, rafael.britto@uece.br



assédio e demais formas de violência tem sido cada vez mais frequente na universidade. (DATA POPULAR/INSTITUTO AVON, 2015).

Assédio sexual pode ser definido como qualquer conduta inapropriada dirigida a um indivíduo que o ofenda em sua intimidade e dignidade sexual. Pode ser originada tanto de superiores hierárquicos, como chefes, professores, sacerdotes, quanto de colegas de trabalho ou estudo, pode vir também de vizinhos, fregueses, funcionários de uma determinada instituição. Embora seja usualmente caracterizada por intimidações, convites inapropriados, comentários indesejáveis feitos de forma repetida, o assédio também pode ocorrer de forma pontual, não precisando se repetir várias vezes para produzir na vítima um efeito de intimidação sexual.

Existem diversas formas de violência, sendo o assédio considerado uma delas. Segundo Filho (2005) o assédio pode ocorrer; “através de diversos tipos de atos, que vão desde comentários sexuais (piadas de duplo sentido, insinuações ou gracejos) até, em ponto extremo, à ameaça – física ou verbal – direta, com o intuito de obtenção de favores sexuais”. (FILHO, 2005, p.6).

A violência sexual na perspectiva feminista é toda ação que acontece sem consentimento de uma das partes. Assim não é definida apenas pela sua forma física. O conceito de “violência” engloba seis ocorrências relacionadas à agressões que podem ser cometidas em âmbito acadêmico: coerção, desqualificação intelectual, agressão moral e psicológica, violência sexual e assédio sexual (DATA POPULAR/INSTITUTO AVON, 2015).

O assédio sexual diz respeito a diferentes formas de abordagem de origem sexual, não consentidas, podem continuar mesmo após as investidas serem negadas pela vítima. Essa ação fere a liberdade sexual do seu alvo por tratar-se de uma ação que vai contra o consentimento da vítima. (FILHO, 2005).

A agressão psicológica e moral abrange muitas situações envolvendo ofensas e palavras proferidas de forma agressiva buscando desvalorizar a mulher. Temos como exemplos claros as músicas pejorativas que tratam a mulher como objeto, as “cantadas” invasivas ou desrespeitosas, o uso de sistema classificatório para categorizar as mulheres em hierarquia de beleza, ou desejabilidade sexual.

A Coerção ocorre quando uma vítima é intimada ou até forçada a participar de alguma ação que vai contra a sua própria vontade espontânea. É comum em situações em que a vítima é coagida a participar de práticas que envolvam a ingestão de drogas e



álcool, bem como ser coagida a participar de eventos com teor sexual, como é o caso de “desfiles” e trotes violentos, sendo o último visto em muitos casos como uma mera “brincadeira”. (DATA POPULAR/INSTITUTO AVON, 2015).

Já a violência sexual envolve uma abordagem mais agressiva, que utiliza da força física para a satisfação sexual, prescindindo de consentimento explícito. A violência sexual é parte também de práticas de estupro e tentativa de estupro sob efeito da ingestão de bebida alcoólica e outras drogas. Outra forma de violência vivenciada em contexto acadêmico é a desqualificação intelectual. É praticada por colegas de turma e professores e se dá frequentemente de maneira sarcástica e humilhante através de piadas e comparações pejorativas.

Vale lembrar que o assédio pode ocorrer tanto com homens, quanto com mulheres, das mais diversas classes sociais, em relações de diversas configurações: “homens contra mulheres, mulheres contra homens, homens contra homens e mulheres contra mulheres” (SENADO FEDERAL, 2011, p.19). No entanto, em decorrência da grande maioria das práticas de assédio darem-se com mulheres, tendo o homem como o assediador, esta pesquisa se concentra nesta configuração específica situada pontualmente em ambientes acadêmicos.

METODOLOGIA

A pesquisa é fruto das investigações desenvolvidas a partir do projeto de extensão: “Narrativas (auto) biográficas e formação empática: estimulando a leitura história e tomada de perspectiva”. A partir de leituras prévias e de trocas de experiência com outras universitárias, elaborou-se um questionário *online* indagando mulheres sobre suas percepções sobre assédio, e demais perguntas relacionadas às suas experiências pessoais sobre a ocorrência do mesmo no contexto acadêmico do qual fazem ou já fizeram parte.

Os dados foram coletados a partir de um formulário *online* via plataforma Google Forms, foram elaboradas 11 perguntas sendo 7 de múltipla escolha usadas para discussão no decorrer desse trabalho. As questões foram elaboradas principalmente a partir da leitura de Silva (2019) e USP – Mulheres (2017). O questionário foi enviado em forma *links* para a nossa rede de contatos nos grupos de WhatsApp da universidade. Também solicitamos que as respondentes repassassem o questionário as outras



universitárias e para outras instituições que tivessem acesso, além de divulgá-lo no Facebook e Instagram.

O questionário foi postado no dia 30 de maio de 2020 e ficou aberto para respostas até o dia 01 de setembro de 2020. O objetivo do questionário é estabelecer informações preliminares sobre assédio no meio universitário. Sendo assim, priorizou-se o uso de questões que possibilitassem manipulações estatísticas básicas para que pudéssemos ter um quadro descritivo da realidade de conhecimento sobre o tema. Dessa forma, a metodologia é exploratória, a amostra é por conveniência e a análise de dados prioriza a construção de análises descritivas das respostas da amostra.

REFERENCIAL TEÓRICO

A instauração do patriarcado tem bases antigas. Saffioti (2011) analisa que esse sistema social teve origem por volta dos anos 3100 a.C, no entanto só se alicerçou em 600 a. C, de lá pra cá já se totalizam milhares de anos onde o homem exerce o poder dominante sobre a família e a mulher.

Traços do patriarcalismo já são identificáveis em obras literárias antigas. Testa e Lima (2017) observaram nas obras “Lucas Procópio” e “Um cavalheiro de antigamente”, ambas mostram a estruturação do patriarcalismo ao longo dos séculos XIX e XX, período em que a mulher esteve imersa em fortes preceitos patriarcalistas e ideológicos.

Nessa perspectiva a mulher branca nas obras analisadas, para casar-se com um homem deveria pertencer a uma boa família e ter atitudes dignas de uma mulher “respeitável”, dessa forma ela lhe ofereceria um certo prestígio social. A obrigação principal das mulheres consistia em produzir herdeiros, e ser uma esposa conformada com toda e qualquer decisão que fosse tomada pelo patriarca. (TESTA; LIMA, 2017).

Diante desses marcos, nota-se que até hoje se vive resquícios herdados pelo patriarcalismo, nos lares, mais especificamente na organização das atividades domésticas, onde as tarefas de cuidado e organização da casa e dos filhos tem por excelência que ser desenvolvida pela mulher (STRUCKER; MAÇALAI, 2016). Nota-se também a herança patriarcal nas divisões de trabalho traçadas atualmente, onde as mulheres ocupam grande parte dos cargos de menores prestígios sociais, também ainda ganham os menores salários.



Contudo Castells (1999 *apud* SAFFIOTI 2011, p.58) coloca muito bem quando destaca que “[...] o patriarcalismo [sic] dá sinais no mundo inteiro de que ainda está vivo e passando bem”. Pois é frequente que muitas mulheres ainda não entendam sobre o que é o patriarcalismo e como muitas vivem vulnerais a esse modelo social mesmo estando no século XXI com diversas falas e testemunhas que defenda os direitos das mulheres sobre a causa feminista, muitas ainda não conseguem enxergar situações de abuso e a consideram como algo normal.

Assim, a longa historia destas perspectivas patriarcais, são condições propícias para o nascimento e estabelecimento das formas de dominação e violência contra a mulher, que se atualizam e transmutam constantemente até os dias atuais.

É importante destacar que a vida da mulher foi e ainda é prejudicada até hoje, pois ainda estão sujeitas não só a exploração do seu trabalho, mas também dos seus próprios corpos, que foram e continuam sendo constantemente violentados das mais diversas formas, inclusive mediante sua objetificação e transformação em mero objeto de satisfação de interesses sexuais do homem.

O assédio sexual, assim como outras formas de violência é fruto desse sistema, o qual está presente em diversos espaços. Uma limitação da legislação atual é seu enquadramento apenas em ambientes trabalhistas, quando há o envolvimento de um superior hierárquico: “constranger alguém, com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função”. (BRASIL, 2011).

Apesar dos avanços da atual legislação, esta acaba por reforçar um pensamento que limita a abrangência da aplicabilidade da noção de Assédio Sexual, pois sabe-se que a condição de envolvimento ser hierárquica ou não, não é o essencial, pois o assédio é comum em relação não hierárquicas também, acontecendo com colegas de classe, de aluno para professor(a) e até desconhecidos em espaços públicos. Assim, tal restrição normativa desconsidera a gravidade dessa ocorrência nos demais espaços, em que sua ocorrência apesar de invisibilizada é recorrente e preocupante. (SILVA, 2019).

É importante destacar que o assédio sexual na perspectiva feminista é tudo aquilo que tem o papel e ações de coagir a vítima de forma a constrangê-la, onde o assediador usa de situações não consentidas para obter vantagens sexuais. Neste trabalho refletiremos sobre o assédio dado em ambiente acadêmico onde a mulher está cada vez mais sujeita a diversos tipos de violência.



A violência em ambiente acadêmico é muito comum entre colegas de curso e de instituição, pois, há muito tempo vê-se em noticiários nas TVs e nos jornais episódios de trotes violentos ocorridos em universidades, normalmente protagonizados por alunos veteranos que determinam aos alunos novatos a realização de dinâmicas vergonhosas, e até mesmo violentas nas quais se tem como vítimas alunos novatos. Práticas comuns são a, pressão a imitar algum animal, beijar, cortar o cabelo. Essa forma de violência vem sendo vista em muitas universidades e sua ocorrência tem propiciado um ambiente favorável às outras formas futuras de violência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra da pesquisa foi composta por 172 respondentes, sendo elas 72,7% provenientes de estudantes de graduação, 9,3% de estudantes de pós-graduação, 6,4% de docentes e 11,6% de outros grupos.

O perfil racial das respondentes, no que diz respeito à autodeclaração, compôs uma amostra dividida: 50% se reconhecem pertencentes da cor parda, 12,2% preta, 33,1% branca, 2,35% identificam-se como indígena e 2,35% se enquadraram na opção “outros”.

Buscou-se saber das respondentes se já tiveram dificuldade em diferenciar o assédio de gentilezas, galanteios, brincadeiras ou paqueras inofensivas, e constatou-se que 29,1% não tem dificuldades, 32,5% às vezes tem dificuldades de diferenciar e 38,4% tem dificuldades em fazer esse tipo de diferenciação. Infere-se assim que o assédio é um assunto pouco claro na compreensão corrente das respondentes. Assim, parece comum que muitas vítimas acabem não entendendo as ações que se configuram de fato como assédio.

Questionadas sobre a possível hesitação em usar uma roupa com medo de ser assediada, 66,3% disseram que já deixaram de usar uma determinada roupa de sua preferência com receio de serem assediadas. Em contraste, apenas 33,7% disseram que não se privaram desta preferência por tal motivo.

É importante destacar que acontecimentos como esse que envolvem as vestimentas são muito comuns e que receios como esse frequentes. Tem-se, assim, o assédio sexual privando as mulheres de um direito primário e fundamental por medo.



Essa situação, tida pelas respondentes como uma forma de autoproteção, não vai ao encontro do verdadeiro problema. Socialmente, teríamos que prioritariamente enfatizar e exigir o respeito pelo corpo da mulher, que não é público e tampouco é digno de ser censurado.

Com a imposição de padrões de beleza e vestimentas herdadas da cultura machista, a mulher nos dias atuais é cercada de rotulações que julgam como “correto” e “inadequado” o modo de se portar e vestir. Não estranha que, para essa cultura retrograda, os adjetivos que melhor definem as mulheres são; carinhosa, serena, meiga, entre outros. Como a mulher é vista como símbolo de cuidado e carinho, qualquer comportamento que vai contra os mencionados rótulos é tido como “inadequado”. Este é o cenário que julga e culpabiliza prioritariamente as próprias vítimas.

Ao serem indagadas sobre a frequência com que consideravam ter sofrido assédio no ambiente acadêmico, 9,9% responderam “uma vez”, 32,6% “duas a três vezes”, 13,4% disseram ter sofrido entre três e seis vezes, 14,5% afirmaram terem sido assediadas seis ou mais vezes, e apenas 29,7% disseram nunca ter sofrido assédio no ambiente acadêmico. Assim, mais de 70% declararam já ter sofrido assédio no ambiente acadêmico pelo menos uma vez. Diante desse número elevado evidencia-se a importância de considerar que o número real possa ser ainda maior, levando em consideração um número significativo de respondentes que relataram ter dificuldade de identificar se uma prática constituía assédio ou não. Lembrando que mais de 70% declararam ter dificuldade de identificar assédio pelo menos em algumas situações.

Quando indagadas se após terem sofrido assédio (caso tenham sofrido), as respondentes procuraram denunciar ou buscam ajuda na própria instituição. Somente 4,1% disseram que chegaram a fazer denúncias, ao passo que alarmantes 95,9% afirmaram que não haviam feito.

Mesmo invisibilizado, o assédio continua acontecendo na universidade nos corredores, nas aulas de campo, na sala dos professores e nas redes sociais. É fato que o assédio em ambiente acadêmico vem ocorrendo com mais frequência do que imaginávamos, mesmo assim o número de ocorrências não coincide com a quantidade de denúncias que são feitas pelas vítimas.

O perfil do assediador, no contexto acadêmico, obtido a partir das respostas foi: 60,5% professores, 47,9% alunos da instituição, 26,1% funcionários de serviços auxiliares e 13,4% dos assediadores foram enquadrado sem outras categorias.



Ao serem questionadas se já hesitaram em demonstrar desagrado diante de alguma situação de assédio no ambiente acadêmico por medo de serem prejudicadas de alguma forma, por conta da relação hierárquica com o assediador, 53,3% responderam “sim” e 46,7% não. Infere-se destas duas últimas questões que a relação de hierarquia professor-aluno é fonte não só da maioria das experiências de assédio como também de uma parte significativa do silenciamento que estas estudantes são colocadas diante deste assédio. Isto porque vimos que 60% dos assédios declarados pelas respondentes no ambiente acadêmicos foram originados a partir de professores, e 53% das respondente declarou não relatar desagrado por medo de ser prejudicada. Há, pois, o medo e a insegurança de demonstrar desagrado ao assediador considerando os outros medos: da reprovação, do assediador prejudicar sua participação em congressos, trabalhos e eventos acadêmicos e etc. Dai se explica parte do medo de denunciar e a consequente e o que as subnotificação. (FILHO, 2005).

Questionadas se consideravam que a instituição tratava com a seriedade que deveria a possibilidade da ocorrência de assédio por parte de seus professores e demais funcionários, as respondentes se posicionaram na seguinte proporção: 21,5% disseram “sim”, 31,4% dissera “não” e, 47,1%, não souberam informar. Assim, quase metade não se considera bem informada o suficiente pela instituição dos mecanismos internos de enfrentamento, ou não tem informação em geral a respeito do que seria uma cultura organizacional que leva esse problema à sério. De qualquer forma, é falta de informação sobre o assunto, que precisa ser remediada com políticas públicas de conscientização e educação sobre o tema.

A universidade como espaço aberto aos valores da diversidade tem o papel de transformar e apoiar, informar e formar pessoas. Porém, o assédio em si ainda não é um tema considerado de importância formativa. Apesar da prevalência da no ambiente acadêmico, a importância que se dá ao assunto é mínima. Apesar de algumas regulamentações que regem esses espaços, na maioria das vezes as ocorrências não são denunciadas nem apuradas satisfatoriamente.

As universidades têm o mecanismo dos processos disciplinares (sindicância e processo administrativo). Com eles, se apuram as irregularidades cometidas e se aplicam sanções e quem as cometeu, caso seja possível comprovar a autoria dos atos cometidos contra a mulher. Para dar início aos procedimentos administrativos para a apuração de ocorrências, existem diferentes caminhos. Após a sindicância e o processo administrativo, observando sempre o direito de defesa do acusado. As penas aplicadas podem



ser: Se cometida por aluno: Advertência verbal; Repreensão por escrito; Suspensão; Expulsão; Se cometida por professor ou servidor: Advertência; Repreensão; Suspensão; Demissão. (USP - MULHERES, 2017, p. 23)

Quando existem procedimentos estipulados para lidar com casos de violência, estes tendem a ser superficiais, e aplicados de forma pouco criteriosa. As universidades ainda não fornecem o apoio necessário a mulheres que sofrem assédio.

A imensa maioria das respondentes considerou que as instituições deveriam adotar políticas de punição aos responsáveis (97,1%), contra 1,2% que consideraram punição uma resposta exagerada e 1,7% que não souberam se posicionar sobre o tema. Vê-se que a percepção de que a prática deve ser punida é quase unânime. Porém, o desconhecimento do que seria uma cultura de enfrentamento da mesma, como mostrou a questão anterior, acaba por impedir que as instituições sejam pressionadas adequadamente a cumprirem seu papel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados da pesquisa apontam para a grande presença de práticas de Assédio Sexual nos ambientes acadêmicos. Diante dos resquícios do patriarcado, e de práticas de segregação e violência contra as mulheres, cabe aos gestores das instituições de ensino superior considerar como a desigualdade de gênero e as violências de ordem sexual são perpetuadas nos seus ambientes de trabalho (STRUCKER; MAÇALAI, 2016).

As vitórias das lutas femininas pela inclusão das mulheres no mercado de trabalho, nas instituições de ensino e nos espaços de decisão, não encerram a guerra contra as discriminações de gênero. As estratégias de reafirmação do poder do patriarcado e da cultura machista e misógina se infiltram em instituições que muitas vezes estão teoricamente ocupadas em combatê-los, mas na prática continuam reproduzindo suas estruturas. O espaço educacional muitas vezes contribui para que a ocorrência do assédio se torne oculta, muitas vezes tornando difícil mostrar e acusar os delitos cometidos. (SILVA, 2019). Os dados obtidos contribuem, em oposição, para o desvelamento e exposição do problema, avançando assim suas possíveis soluções.

Dada à natureza descritiva e exploratória do trabalho não se pode identificar variáveis causais das referidas práticas de assédio e de silenciamento, fato que aponta para a necessidade de pesquisas futuras que utilizem outras metodologias mais adequadas para este fim. O início do processo, com a descrição e identificação da



realidade, entretanto, já abre espaço para debates e encaminhamentos na direção de tornar o ambiente acadêmico menos opressor com aquelas que são grande parte de suas usuárias e construtoras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n°. 10.224, de 15 de maio de 2001. **Planalto**, Brasília, DF, 2001. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10224.htm. Acesso em: 20 out 2018.

CAV-MULHERES USP-PR. **Cartilha Violência de Gênero na Universidade: Onde buscar ajudar? Quais são os seus direitos?** São Paulo, 2017. 31 p.

FILHO, Rodolfo Pamplona. **Assédio sexual: questões conceituais**. 2005. Disponível em:
<http://jus.com.br/artigos/6826/assedio-sexual/1>. Acesso em: 1 set. 2020.

INSTITUTO AVON/DATA POPULAR. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. São Paulo, 2015. Disponível em:
<http://www.institutoavon.org.br/app/images/dashboard/instituto-avon-site/PesquisaInstitutoAvon.pdf>. Acesso em: 3 de set. 2020.

SAFFIOTI, H.I.B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SENADO FEDERAL. **Cartilha Assédio Moral e Sexual**. Brasília, 2011. 22p. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/509899>. Acesso em: 6 de set. 2020.

SILVA, Renata Barbosa Porcellis. Assédio no contexto universitário. **A universidade do encontro e da inclusão**. Pelotas: UFPel, 2019. p. 17-24. Disponível em:
<http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/4443/3/A%20universidade%20do%20encontro%20e%20da%20inclus%C3%A3o%20-%20para%20troca%20no%20reposit%C3%B3rio.pdf>. Acesso em: 12 de set. 2020.

STRÜCKER, Bianca. MAÇALAI, Gabriel. “Bela, recatada e do lar”: os novos desdobramentos da família patriarca. In: XIII Seminário Internacional: Demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea, 12., 2016. Santa Cruz do Sul. **Anais eletrônicos**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2016. Disponível em:
<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/15880>. Acesso em: 10 de set. 2020.

TESTA, Letycia Fossatti. LIMA, Hidemi de Lima. Mulheres sob a ótica patriarcal. **Textura**, Canoas, v.19, n.40, p.189-209 maio/ago. 2017. Disponível em:
<https://doi.org/10.17648/textura-2358-0801-19-40-2187>. Acesso em: 10 de set. 2020.